



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA CAMPUS I – JOÃO PESSOA -PB CENTRO
DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES, CURSO DE BACHARELADO EM
CIÊNCIAS SOCIAIS

SALES RUAN SILVA ALVES

CULTURA PERIFÉRICA E DIREITO À CIDADE:
Ala-Ursa Como Manifestação Artística Periférica em João Pessoa/PB

2024
JOÃO PESSOA - PB

SALES RUAN SILVA ALVES

CULTURA PERIFÉRICA E DIREITO À CIDADE:

Ala-Ursa Como Manifestação Artística Periférica Na Cidade De João Pessoa/PB

Trabalho de Conclusão de Curso e apresentado ao Programa de Graduação em Ciências Sociais - Bacharelado, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Botton Barcellos

JOÃO PESSOA
2024

A474c Alves, Sales Ruan Silva.

Cultura periférica e direito à cidade: Ala-ursa como manifestação artística periférica na cidade de João Pessoa/PB / Sales Ruan Silva Alves. - João Pessoa, 2024.

50 f.

Orientação: Sérgio Botton Barcellos.

TCC (Graduação) - Universidade Federal da Paraíba/CCHLA.

1. Ala-Ursa. 2. Carnavalesco. 3. Cultura. 4. Periferia. I. Barcellos, Sérgio Botton. II. Título.

UFPB/CCHLA

CDU 398

SALES RUAN SILVA ALVES

CULTURA PERIFÉRICA E DIREITO À CIDADE:
Ala-Ursa Como Manifestação Artística Periférica Na Cidade De João Pessoa/PB

Trabalho de Conclusão de Curso e apresentado ao
Programa de Graduação em Ciências Sociais -
Bacharelado, da Universidade Federal da Paraíba,
como requisito parcial à obtenção do título de
bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Botton Barcellos

Aprovado em: 25/10/2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Sérgio Botton Barcellos (Orientador) Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Prof. Dr. Jesus Marmanillo Pereira, Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Prof. Dr^a. Eliane Da Conceição Silva, Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

SALES RUAN SILVA ALVES

CULTURA PERIFÉRICA E DIREITO À CIDADE:

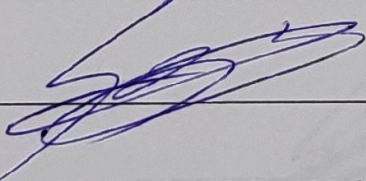
Ala-Ursa Como Manifestação Artística Periférica Na Cidade De João Pessoa/PB

Monografia do curso de Bacharelado em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, da Universidade Federal da Paraíba. Em cumprimento das exigências para obtenção do grau de graduando em Ciências Sociais.

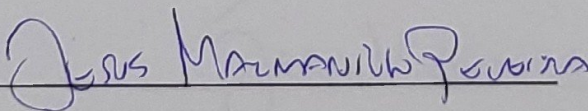
Aprovada em: 25 de Outubro de 2024.

Banca Examinadora:

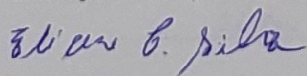
Prof. Dr. Sérgio Botton Barcellos (Orientador) Universidade Federal da Paraíba (UFPB)



Prof. Dr. Jesus Marmanillo Pereira, Universidade Federal da Paraíba (UFPB)



Prof. Dra. Eliane Da Conceição Silva, Universidade Federal da Paraíba (UFPB)



Agradecimentos

Primeiramente, gostaria de expressar minha profunda gratidão aos meus pais, Alexandra Soares e Francisco Sales Olinto, por todo o apoio incondicional durante a minha graduação. Vocês foram minha base e minha força ao longo dessa jornada, sempre presentes, garantindo que eu nunca faltasse nada e me incentivando a seguir em frente, mesmo nos momentos mais difíceis. Este trabalho é resultado direto do amor e dedicação de vocês, e eu jamais teria conseguido concluir minha graduação sem o apoio, incentivo e confiança que sempre depositaram em mim.

Agradeço também de coração ao meu professor e amigo Dr. Sérgio Barcellos, que foi muito mais do que um orientador. Seu papel como mentor foi essencial para o meu crescimento acadêmico e pessoal. Você me guiou pacientemente durante todo o percurso, ensinando-me grande parte do que hoje sei sobre pesquisa e escrita acadêmica. Obrigado pelas inúmeras noites em claro corrigindo meus trabalhos, pelas orientações preciosas e pela amizade constante. Suas lições ficarão comigo para além da vida acadêmica.

Sou grato ainda aos(as) amigos(as) e colegas que compartilharam essa caminhada ao meu lado. Agradeço especialmente à Júlia Paredes e ao João Vitor, que contribuíram imensamente para o meu aprendizado sobre sociologia e antropologia urbana. Nossa troca de ideias e debates foram fundamentais para a construção do meu conhecimento e para o enriquecimento desta trajetória.

Por fim, gostaria de agradecer aos professores Dr. Eliane e Dr. Jesus, que gentilmente aceitaram participar da minha banca avaliadora. Suas contribuições e análises foram fundamentais para a finalização deste trabalho.

A todos, minha eterna gratidão.

*60% dos jovens de periferia sem antecedentes criminais
Já sofreram violência policial
A cada 4 pessoas mortas pela polícia, 3 são negras
Nas universidades brasileiras, apenas 2% dos alunos são negros
A cada 4 horas, um jovem negro morre violentamente em São Paulo
Aqui quem fala é Primo Preto, mais um sobrevivente*

Mc Racionais, 1997

RESUMO

Este trabalho tem como proposta compreender o movimento carnavalesco da "Ala-Ursa", também conhecido como "Urso", enquanto manifestação cultural das periferias na cidade de João Pessoa, Paraíba. A questão central desta pesquisa é analisar quais as percepções da juventude periférica de João Pessoa/PB em relação aos conceitos de juventude e cultura, e de que forma essas representações se manifestam nos espaços públicos da cidade, considerando o impacto das políticas públicas de inclusão. Diante disso, a questão de pesquisa que orienta este estudo é: como a manifestação artística das "Ala-Ursas" atua na cidade de João Pessoa/PB? Especificamente, busca-se compreender como essa expressão cultural emerge e se manifesta nos espaços urbanos da cidade, quem são os integrantes desses grupos, e quais estilos de música e dança são incorporados em suas performances. Dessa forma, o aporte teórico deste estudo se fundamenta nas discussões sobre o direito à cidade, com base nos trabalhos de Lefebvre (1973, 1991, 2000, 2008, 2013) e Harvey (2014), que servirão como base para analisar as lutas espaciais que ocorrem em João Pessoa. Além disso, os conceitos de juventude, especialmente no que se refere à juventude como produtora de cultura periférica no Brasil, serão discutidos a partir de Bittencourt (2021), para entender como os(as) membros do "Urso" se posicionam em relação à cidade como campo social. Ademais, o trabalho de Libânio (2017) será utilizado para analisar as práticas culturais periféricas da juventude e sua relação com o direito à cidade. A metodologia desta pesquisa é de natureza qualitativa, sendo utilizada a observação participante como principal método de investigação. Acompanhando ensaios e apresentações do carnaval, foi possível captar as dinâmicas internas do movimento das Ala-Ursas, suas interações, símbolos e práticas culturais. Além disso, foi realizada uma análise sobre o papel e a manifestação desse movimento na cidade de João Pessoa-PB, observando como ele ocupa e ressignifica os espaços urbanos, especialmente no contexto carnavalesco. Como resultados finais, foi possível compreender que, durante o carnaval, as manifestações artísticas da Ala-Ursa transcendem os limites das periferias e passam a ocupar outros espaços urbanos, como centros culturais, pontos turísticos e áreas de grande visibilidade cultural em João Pessoa. A pesquisa também revelou as percepções dos(as) integrantes sobre seu papel como jovens produtores(as) e reprodutores(as) ativos(as) da cultura periférica da cidade. Foi possível identificar como esses(as) jovens interpretam a ocupação dos espaços urbanos e as desigualdades relacionadas ao direito à cidade, destacando a luta pela inclusão e pela ressignificação dos ambientes tradicionalmente restritos às elites culturais.

Palavras-Chaves: Ala-Ursa, Carnavalesco, Cultura, Periferia, Juventudes, Paraíba.

ABSTRACT

This study aims to understand the carnival movement of the "Ala-Ursa," also known as "Urso," as a cultural manifestation in the peripheral areas of João Pessoa, Paraíba. The central question of this research is to investigate the perception of the youth from the outskirts of João Pessoa/PB regarding the concepts of youth and culture, and how these representations manifest in the city's public spaces, considering the impact of public inclusion policies. In light of this, the research question guiding this study is: how does the artistic manifestation of the "Ala-Ursas" operate in the city of João Pessoa/PB? Specifically, it seeks to understand how this cultural expression emerges and manifests in the city's urban spaces, who the members of these groups are, and what styles of music and dance are incorporated into their performances. Thus, the theoretical framework of this study is based on discussions about the right to the city, drawing from the works of Lefebvre (1973, 1991, 2000, 2008, 2013) and Harvey (2014), which will serve as a foundation for analyzing the spatial struggles occurring in João Pessoa-PB. Moreover, the concepts of youth, particularly in relation to youth as producers of peripheral culture in Brazil, will be discussed through Bittencourt (2021), to understand how the members of the "Urso" position themselves in relation to the city as a social field. Additionally, the work of Libânio (2017) will be used to analyze the cultural practices of peripheral youth and their relationship with the right to the city. The methodology of this research is qualitative in nature, using participant observation as the primary method of investigation. By following the rehearsals and carnival performances, it was possible to capture the internal dynamics of the Ala-Ursas movement, its interactions, symbols, and cultural practices. Furthermore, an in-depth analysis was conducted on the role and manifestation of this movement in the city of João Pessoa-PB, observing how it occupies and redefines urban spaces, especially in the carnival context. As final results, it was possible to understand that during carnival, the artistic manifestations of the Ala-Ursa transcend the boundaries of the peripheries and begin to occupy other urban spaces, such as cultural centers, tourist spots, and areas of high cultural visibility in João Pessoa. The research also revealed the perceptions of the members regarding their role as active producers and reproducers of the city's peripheral culture. It was possible to identify how these young people interpret the occupation of urban spaces and the inequalities related to the right to the city, highlighting the struggle for inclusion and the redefinition of environments traditionally restricted to cultural elites.

Keywords: Ala-Ursa, Carnival, Culture, Periphery, Youth, Paraíba.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO 1.....	13
1.1 O carnaval e a Ala-Ursa no Brasil	13
1.2 Para se falar de cultura e periferia: Embasamento teórico	17
1.3 Marco teórico e Revisão bibliográfica	20
 CAPÍTULO 2: Carnaval, Ala-Ursa e história dos movimentos no Brasil e na Paraíba.	24
2.1 Ala-Ursa na cidade de João Pessoa-PB.	24
2.2 O campo e a Ala-Ursa no Centro de Referência da Juventude.	28
 CAPÍTULO 03: Direito à cidade e Ala-Ursa “Urso Amigo Batucada - UAB”.....	33
3.1 Direito à Cidade e a cidade de João Pessoa-PB	33
3.2 Ala-Ursa como direito à cidade	38
3.3 Ala-Ursa como manifestação periférica	41
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	47

INTRODUÇÃO

Os conceitos de cultura e sociedade têm se consolidado como pilares essenciais na orientação da Antropologia e das Ciências Sociais desde o surgimento das primeiras investigações no final do século XIX até os estudos mais contemporâneos. O termo "cultura", em particular, foi ressignificado inúmeras vezes dentro das ciências sociais, refletindo a natureza dinâmica e plural dessa área do conhecimento (Barth, 2000).

O debate em torno de tais conceitos permanece ativo, uma vez que a investigação e o pensamento crítico sobre cultura e sociedade continuam a ser revisados e reinterpretados à luz de novos contextos históricos, teóricos e metodológicos.

Assim, esse exercício de pesquisa busca compreender no município de João Pessoa - Paraíba(PB), as manifestações culturais nos espaços públicos a partir da chave da juventude periférica no bairro do Rangel. Diante desse contexto, considera-se fundamental realizar estudos que explorem como os(as) jovens e moradores(as) de bairros periféricos percebem sua relação com a cidade, especialmente em relação ao desenvolvimento de suas manifestações artísticas nos centros urbanos.

Assim, a questão que dá início a esta pesquisa é: Como os(as) jovens que participam da Ala-Ursa se expressam culturalmente na ocupação de espaços públicos no município de João Pessoa - PB?

Desse modo, a proposta tem o objetivo de analisar como a juventude periférica da cidade de João Pessoa/PB acessa os espaços de ação cultural e lazer, a partir das manifestações artísticas das Ala-Ursas. Sob essa perspectiva, ressalta-se a importância da expressão artística relacionada à discussão sobre o Direito à Cidade.

Os objetivos específicos desta pesquisa são: a) Contextualizar e discutir o contexto geral das manifestações carnavalescas junto ao Estado da Arte e Marco teórico da pesquisa; b) Descrever como se dá a relação dos(as) jovens sobre suas manifestações artísticas, incluindo o Urso, a batucada e a organização como coletivos de jovens da periferia; c) Compreender a partir da lente analítica dos conceitos de “Direito à cidade” e “Juventude periférica” as experiências e expressões culturais dos(as) participantes da Ala Ursa em João Pessoa - PB.

Partindo dos conceitos de cultura periférica desenvolvidos por (Gondim, 2012), cada indivíduo vivencia a cidade de maneira única, dependendo de seus interesses e necessidades. No entanto, é comum que esses indivíduos se unam para construir experiências coletivas de

cidade, o que dá origem a movimentos culturais. Esses movimentos são manifestações de resistência e expressão, nas quais os(as) jovens periféricos encontram maneiras de afirmar sua identidade e criar espaços de pertencimento. Dessa forma, a cultura periférica emerge como uma resposta coletiva às dinâmicas sociais e espaciais que moldam suas vidas no ambiente urbano. A juventude brasileira historicamente desempenhou um papel político considerado relevante no cenário nacional, atuando como sujeito político ativo, conforme observado por Santos (2021).

Historicamente, a juventude periférica brasileira tem se mostrado como um potente agente de produção cultural. No início do século XX, a juventude das periferias deu início a um novo movimento cultural com o samba, seguido pela emergência do funk brasileiro na década de 1980 (Dayrell, 2003). Atualmente, essa força cultural se manifesta em gêneros musicais como rap, trap e brega funk, entre outros. Além da produção musical, a construção cultural da juventude periférica abrange diversas expressões, como graffiti, pixo e fotografia, refletindo a pluralidade de seus talentos e criatividade (Dayreel, 2003). As representações culturais oriundas das periferias transcendem seus limites geográficos, sendo muitas vezes reconhecidas como ricas em conteúdo, embora simultaneamente sejam estigmatizadas como "cultura pobre".

Assim, neste trabalho busca-se discutir as expressões culturais e artísticas dessa juventude, ressaltando sua capacidade de reivindicar espaços e visibilidade no contexto urbano, contribuindo para a formação de identidades coletivas e para a promoção de um diálogo mais inclusivo com a sociedade.

Do ponto de vista biográfico do pesquisador em formação justifico a escolha do tema do trabalho, devido ter crescido em um bairro periférico da cidade de João Pessoa-PB, que faz divisa com o Bairro do Rangel, e meu contato com o Urso sempre foi muito forte. Embora não tenha participado ativamente, lembro de ir aos ensaios levados por amigos desde pequeno, assistir aos desfiles que passavam pela minha rua e até mesmo participar de edições do Carnaval Tradição que aconteciam ali. Nesses eventos, havia apresentações das escolas de samba indígenas e das Ala-Ursas, que faziam parte do cotidiano cultural da comunidade.

O Urso Panda foi um grupo que marcou bastante minha infância e a de muitas pessoas que cresceram naquele contexto. Infelizmente, o Urso Panda, como eu conhecia, encerrou suas atividades, mas voltou a funcionar posteriormente. Minha vivência próxima ao Urso e ao carnaval contribuiu para a formação de memórias e para a construção da identidade

cultural de muitos(as) jovens na região. Vivenciar a diversidade cultural expressa nas apresentações e nos ensaios reforçou a importância dessas manifestações para a comunidade. Ou seja, essa experiência pessoal foi fundamental para compreender o papel do Urso na cultura local e as transformações que ocorreram ao longo do tempo, mas me guiou para ter interesse sobre o tema, e criar uma maior proximidade com o Urso.

Assim, de alguma forma, pretende-se contribuir com a memória e a construção de mais referências, inclusive acadêmicas, sobre a Ala-Ursa, conectando os contextos aqui apresentados para futuras pesquisas no âmbito acadêmico e social.

Para a construção do estado da arte para essa pesquisa foram feitos levantamentos bibliográficos em bases de pesquisa como o Repositório UFPB e Google Acadêmico. Foram selecionados artigos publicados em anais e revistas que abordam temas relacionados ao acesso à cultura, lazer e direito à cidade, especificamente no contexto de jovens participantes de grupos de Ala-Ursas e moradores de bairros periféricos de João Pessoa/PB. Entre os autores consultados estão Barros (2011), Gondim (2012), Guimarães (2015), Moreira (2011), Sanches (2017) e Trindade (2012). O marco teórico é constituído com base nas referências, os conceitos de “Direito à Cidade” desenvolvidos por Harvey (2014) e Lefebvre (1973; 1991; 1999; 2006; 2013), bem como o conceito de “juventude periférica”. Em relação a Ala Ursa em João Pessoa/PB, serão apresentados e discutidos Aranha (2014), Sales (2020); Oliven (1990).

A metodologia proposta para a consolidação da pesquisa da monografia será de abordagem qualitativa (Flick, 2009). Foi realizado um levantamento e análise bibliográfica e uma pesquisa de campo a partir de observação participante que ocorreu em ensaios, acompanhamento dos desfiles no “Carnaval Tradição” entre os anos de 2022 e 2024. No Centro de Referência da Juventude – Rangel, foram coletadas informações por meio de conversas orais com os(as) integrantes, principalmente com o Dal Zapata, visando compreender suas percepções sobre o que significa ser jovem, como veem a cultura periférica na cidade e se sentem representados e inseridos no contexto urbano, entre outros fatores cruciais para a pesquisa. Acredita-se, que essa combinação de métodos poderá auxiliar em uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas sociais e culturais da juventude periférica em João Pessoa/PB (Flick, 2009).

A monografia está composta em três capítulos. No **Capítulo 1** o desenvolvimento da pesquisa sobre as Ala-Ursas em João Pessoa-PB é contextualizada a origem da Ala-Ursa

como um movimento cultural oriundo das periferias nordestinas e que ocorre durante o período carnavalesco no Brasil, bem como são discutidos estado da arte e marco teórico que compõe essa pesquisa.

No **Capítulo 2**, é descrito um panorama histórico do carnaval no Brasil, abordando o surgimento das Ala-Ursas e, em particular, como esse movimento ocorreu na cidade de João Pessoa. No **Capítulo 3**, discuto como os conceitos de direito à cidade e cultura periférica auxiliam na análise do movimento das Ala-Ursas durante o carnaval, analisando o impacto dessas manifestações no espaço urbano e social da capital paraibana.

CAPÍTULO 1

1.1 O carnaval e a Ala Ursa no Brasil

O Carnaval é considerado um dos mais importantes e grandiosos festivais do Brasil, cuja duração frequentemente excede os três dias originalmente associados à festividade religiosa de tradição cristã-monoteísta. No entanto, o Carnaval brasileiro transcende suas raízes religiosas, manifestando-se em uma multiplicidade de expressões culturais e ritualísticas de origem europeia. Essa diversidade é evidenciada pela maneira como cada estado, cidade, bairro e até mesmo os indivíduos vivenciam e "brincam" o Carnaval, adotando formas e práticas singulares que refletem as especificidades regionais e as identidades locais (Aranha, 2014).

O Carnaval, embora tenha origem em tradições francesas, consolidou-se no Brasil com profundas raízes na cultura afro-brasileira (Gonçalves; Barbieri, 2022). O carnaval, embora amplamente associado à cultura brasileira, foi criado e ressignificado aos costumes locais. Inicialmente, era uma festividade restrita às elites, sendo celebrado majoritariamente por famílias ricas. Segundo Oliven (1989), o carnaval chegou ao Brasil no século XIX, trazido pelos franceses e inspirado nos elegantes bailes de máscaras das ruas de Veneza. No entanto, não demorou para que essas celebrações se expandissem, alcançando as periferias do Rio de Janeiro, onde foram integradas com as tradições musicais populares, especialmente o samba.

Por volta de 1920, o carnaval foi especialmente apropriado e desenvolvido pelas comunidades nos morros e favelas do Rio de Janeiro. Igualmente, o samba, outro "legítimo" símbolo da cultura brasileira, era produzido e consumido nos "morros" do Rio de Janeiro e reprimido com violência pela polícia. Foi com a crescente importância do carnaval que o samba passou a ser consumido pela população brasileira em geral e se transformou na "música brasileira" (Oliven. 1989). Nesse contexto, surgiram as primeiras organizações das escolas de samba, que se tornaram elementos centrais das festividades. Essas escolas eram compostas por diversas alas, como a das Baianas, que representam uma figura histórica e simbólica no desfile, e a ala de percussão, responsável por ditar o ritmo e a cadência, desempenhando papel considerado crucial na estrutura musical do samba e no espírito da celebração carnavalesca. Em relação às ciências sociais considera-se que:

O carnaval das escolas de samba, em especial, destaca-se no contexto dos estudos sobre o carnaval por sua complexidade sociológica e expressiva. Fenômeno urbano

por excelência, trata-se de uma expressão festiva que articula em sua formação diferentes tradições culturais. (Gonçalves; Barbieri. 2022)

Pode-se considerar o Carnaval uma das celebrações mais significativas do país, não apenas por sua dimensão cultural, mas também por suas implicações políticas e econômicas. Essa importância pode ser atribuída, em parte, a políticas públicas que, desde o governo Vargas, elevaram o samba e o Carnaval a símbolos da cultura brasileira, promovendo-os como vitrines da identidade nacional.

Oliven (1989) descreve de forma detalhada esse processo de popularização e transformação do carnaval, destacando como ele se tornou uma expressão autêntica da cultura popular brasileira, englobando diversas formas de manifestação artística e musical. Assim, o samba, antes marginalizado, emergiu como símbolo da identidade nacional, incorporado à festa popular que é hoje uma das principais referências culturais do Brasil, como descrito por Oliven, em 1989, quando analisa o carnaval:

Através dele, as famílias mais ricas exibiam suas fantasias em veículos para serem assistidas e aplaudidas pelo resto da população. Por seu turno, os ranchos, os cordões e blocos eram freqüentemente proibidos e perseguidos pela polícia e acabaram por ser expulsos do centro das cidades, localizando-se nos bairros mais periféricos, onde tornaram-se modos típicos das classes populares brincarem o carnaval (Oliven, 1989)

Até então, o samba, intimamente associado ao Candomblé, enfrentava restrições e proibições no Rio de Janeiro e em outras partes do Brasil. Essa situação começou a mudar apenas no final do século passado, com a constituição federal de 1988, quando o reconhecimento e a valorização dessas expressões culturais começaram a emergir, refletindo uma transformação social e política que permitiu ao samba e ao Candomblé ocuparem um espaço de destaque na cultura brasileira. Esse processo não apenas revitalizou as tradições afro-brasileiras, mas também contribuiu para a construção de uma identidade cultural mais inclusiva e diversificada no país.

Igualmente, o samba, outro “legítimo” símbolo da cultura brasileira, era, no começo, produzido e consumido nos “morros” do Rio de Janeiro e reprimido com violência pela polícia. Foi com a crescente importância do carnaval que o samba passou a ser consumido pelo resto da população e transformou-se na música brasileira por excelência. (p.79, Oliven, 1989)

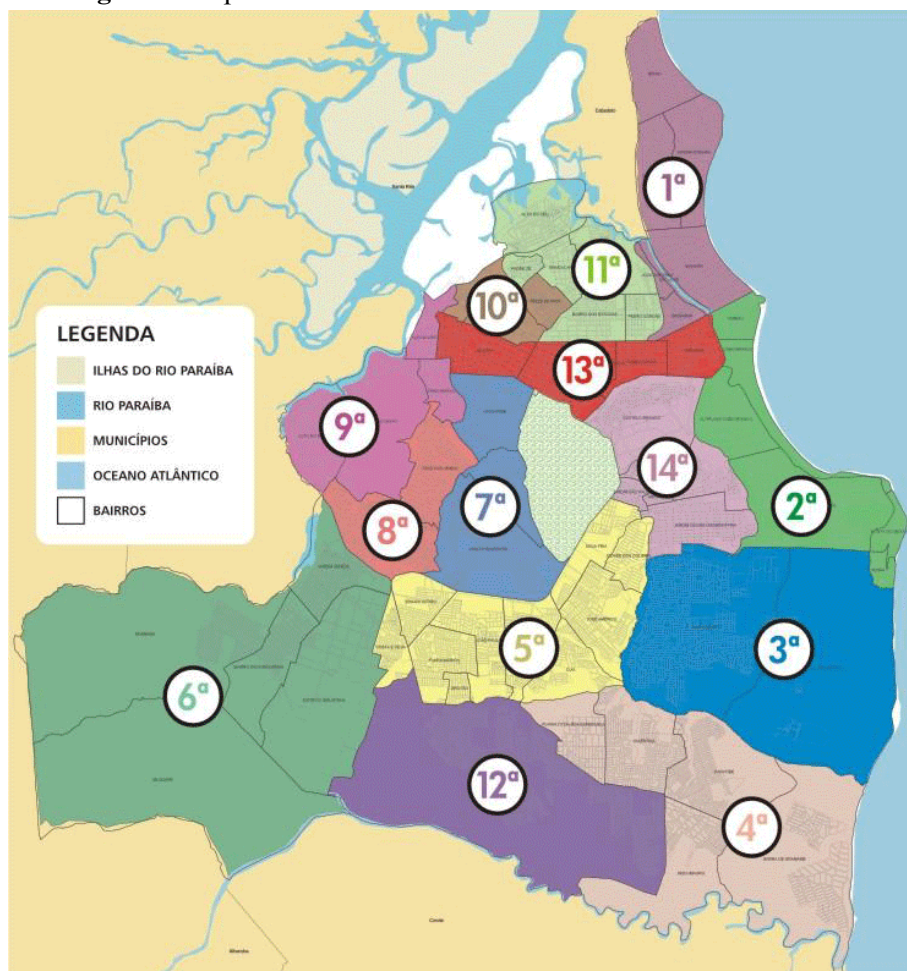
O Carnaval no Brasil se manifesta de maneira singular em cada localidade, com cada estado, cidade, bairro e grupo social apresentando suas próprias formas de vivenciar essa festividade. Esse caráter plural do Carnaval despertou o meu interesse em compreender como ele é experimentado, por exemplo, no caso do “Urso”, pelos(as) jovens que participam do

Urso Amigo Batucada, situado no bairro periférico do Rangel, em João Pessoa, na Paraíba. Nesse sentido, ressalta-se

Se tomarmos a trajetória inversa dos processos até agora analisados, veremos que pelo menos duas de nossas mais “autênticas” manifestações populares têm origem em nossas elites. Assim, o carnaval, que é um de nossos rituais nacionais, não foi trazido ao Brasil por escravos e posteriormente adotado por outros segmentos da população, mas veio com os primeiros colonizadores sob a forma do entrudo, tendo assim se conservado, sem sofrer maiores modificações, até aproximadamente meados do século passado (p.79, Oliven, 1989, apud, Da Matta, 1973)

Em relação ao contexto mais amplo de pesquisa onde ocorrem as manifestações carnavalescas, cabe destacar que de acordo com a Prefeitura de João Pessoa, em 2022 a cidade está dividida em 14 regiões, que incluem 86 bairros e 151 comunidades. A 7ª região abriga o Bairro do Rangel, que foi onde ocorreu a pesquisa empírica. No entanto, é importante observar que as comunidades e favelas não são formalmente incluídas na contagem oficial de bairros.

Imagem I: Mapa dos bairros e comunidades da cidade de João Pessoa:



Fonte: Site da Prefeitura de João Pessoa. Data de acesso: 11 de JUN de 2021

O carnaval em João Pessoa, assim como em muitos outros municípios do Brasil, é marcado por uma vivência única e singular. Ao analisar os carnavais de 2022, 2023 e 2024, é interessante observar que no município os maiores e mais tradicionais blocos costumam ocorrer antes da semana oficial de carnaval. Durante o período do carnaval propriamente dito, muitos moradores optam por viajar, principalmente para cidades vizinhas como Recife e Olinda, em Pernambuco, que estão a cerca de duas horas de distância de João Pessoa.

Esses municípios da Paraíba, são amplamente reconhecidos por suas festividades carnavalescas, atraindo tanto os(as) moradores(as) locais quanto turistas em busca da intensa e vibrante experiência de carnaval. Essa migração temporária reflete uma característica peculiar do carnaval pessoense, que mantém suas manifestações culturais em um período diferenciado, enquanto suas ruas se tornam mais tranquilas durante os dias oficiais de festa (Aranha, 2014) .

O carnaval continua se transformando ao longo do tempo. Na década de 1930, no Rio de Janeiro, os cortejos de blocos ganharam maior relevância, o que culminou no surgimento das escolas de samba. Essas escolas passaram a ser a principal forma de desfile, estabelecendo diferentes formas de expressão com similaridades na maioria das grandes cidades brasileiras. As escolas de samba, com suas apresentações grandiosas, cenografias impressionantes e baterias contagiosas, tornaram-se símbolos do carnaval carioca e da cultura brasileira, representando uma mistura única de tradição, resistência cultural e inovação criativa, (Oliven, 1989, p.80), ocorrendo de forma lenta e gradual, passando das manifestações dentro das periferias para os demais locais da cidade.

Essas mudanças no carnaval ao longo da história também impulsionaram a descentralização da festa no Rio de Janeiro, permitindo que o carnaval se manifestasse em outras cidades e municípios brasileiros, especialmente nos estados litorâneos. Nesse contexto, no estado de Pernambuco, surgem o frevo e o Ala-Ursa como expressões artísticas populares, originárias das periferias pernambucanas. Essas manifestações refletem a diversidade cultural do Brasil e a capacidade de adaptação do carnaval, incorporando elementos regionais e comunitários que redefinem o sentido e a vivência da festa, fortalecendo a identidade cultural local e periférica. (Sales, 2022)

A partir do estado da arte que será discutido a seguir as possíveis formas de manifestação das Ala-Ursas em diferentes contextos de pesquisas e cidades do Brasil com suas diferenças nas expressões musicais, nos ritmos, das danças e nas práticas associadas a

essas manifestações das Ala-Ursas, refletindo a diversidade sociocultural e a interação entre o local e o regional.

1.2 Para se falar de Cultura e Periferia: Embasamento teórico

No contexto desta monografia nesta parte do capítulo serão discutidas as características, desafios e expressões culturais da juventude periférica, com ênfase em seu papel como agentes de transformação social e na importância de suas manifestações artísticas. Na segunda parte da revisão bibliográfica, será analisada a interação dos(as) habitantes com o espaço urbano, abordando questões como o acesso à cultura, ao lazer e a efetivação dos direitos à cidade. Essa abordagem permitirá uma compreensão abrangente das dinâmicas sociais da juventude nas periferias, revelando como esses(as) jovens se relacionam com o ambiente urbano e como suas práticas culturais contribuem para a reconfiguração do espaço da cidade.

Ao longo dos séculos XIX e XX, diversas contribuições de historiadores e cientistas sociais foram essenciais para aprofundar a compreensão das dinâmicas urbanas, oferecendo um arcabouço teórico que permite pensar a cidade não apenas como um espaço físico, mas como uma construção social e política em constante transformação. Iniciando com os artigos com o tema sobre o Direito à Cidade, destaca-se o artigo "As Ciências Sociais e os Modelos de Cidade", de Barros (2011). Neste trabalho, o autor utiliza a imagem como uma ferramenta metodológica para compreender e analisar a cidade, adotando uma perspectiva institucional que explora a complexidade histórico-social do fenômeno urbano.

A partir do estudo de Barros busco apoio para refletir e discutir o município de João Pessoa como uma construção física, examinando a estrutura dos bairros e a disposição dos centros de desenvolvimento, educação, comércio e lazer. Essa discussão possibilita uma compreensão mais profunda da organização espacial da cidade, ao mesmo tempo que evidenciará as desigualdades de acesso que permeiam o cotidiano urbano.

Gondim (2012) aborda as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) como um mecanismo regulamentado pelo Estatuto da Cidade, destacando seu papel estratégico na redução do déficit habitacional, na organização do crescimento urbano e na promoção de uma redistribuição de renda mais justa nas cidades. Ao trabalhar essa análise ao contexto de João Pessoa, para a autora torna-se essencial compreender a existência e a implementação dessas

áreas, que são fundamentais para garantir que a população de baixa renda tenha acesso a moradia digna. As ZEIS, demarcadas no Plano Diretor e na Lei de Zoneamento, desempenham um papel crucial na integração social e na redução das desigualdades urbanas, assegurando que os direitos à cidade, à moradia e à inclusão social sejam respeitados e efetivados. Essa análise permitirá entender se a cidade de João Pessoa tem utilizado esse importante instrumento para promover justiça social e ordenamento urbano adequado.

Guimarães (2015) realiza uma reflexão profunda sobre como a urbanização contemporânea contribui para a segregação espacial da classe trabalhadora, que frequentemente se encontra relegada às periferias, afastada dos centros urbanos e de oportunidades de lazer e convivência. Essa análise será utilizada como suporte teórico para examinar se esse processo também ocorre em João Pessoa, com foco específico na juventude periférica e negra da cidade. Esses(as) jovens, que lutam pelo direito à cidade, enfrentam dinâmicas sociais excludentes e barreiras de acesso aos espaços urbanos centrais, onde o lazer, a cultura e as oportunidades estão concentradas. O estudo buscará compreender os desafios enfrentados por essa juventude em sua tentativa de conquistar inclusão e reconhecimento dentro do tecido urbano pessoense, bem como as formas de resistência e apropriação que emergem desse contexto de desigualdade.

Sanches (2017) oferece uma reflexão teórica sobre o conceito de "Cidade", ao abordar a dinâmica socioespacial e política que molda a produção contínua de sujeitos sociais no espaço urbano, ele explora como as interações sociais e os fluxos econômicos influenciam a organização e a transformação das cidades ao longo do tempo. Nesse contexto, a "Cidade" é vista não apenas como um espaço físico, mas como um palco de conflitos e negociações entre diferentes atores sociais. Sanches também destaca o papel das políticas públicas e das estratégias de urbanização na configuração das identidades e das relações de poder no ambiente urbano. Fundamentando-se no pensamento de Henri Lefebvre (2014), Pardue explora o "direito à cidade" como um campo de disputas e negociações constantes, no qual diferentes classes sociais e grupos lutam pelo acesso e ocupação dos espaços urbanos. Essa perspectiva será fundamental para entender os conflitos e tensões que surgem na interação entre a juventude periférica e os espaços centrais de João Pessoa, evidenciando as lutas por inclusão, reconhecimento e justiça social. Ao lançar luz sobre as negociações sociais que permeiam a vida urbana, essa abordagem permitirá uma análise profunda das desigualdades

que estruturam o acesso à cidade, reforçando a importância da luta por espaços públicos mais inclusivos e representativos.

Sanches (2017), também examina o direito à cidade à luz das ideias de Henri Lefebvre (2013), assim, Lefebvre, propõe uma visão crítica sobre a construção social do espaço urbano, desafiando os moldes tradicionais de desenvolvimento urbano nas sociedades capitalistas. Lefebvre (2008) sugere que o espaço urbano é resultado de uma interação dinâmica e que o processo de urbanização pode ser moldado de maneiras diversas, além das limitadas pelo capitalismo. Com base nesse referencial, utilizarei essa perspectiva para investigar como as desigualdades, principalmente aquelas relacionadas à raça e ao poder aquisitivo, estão conectadas ao direito à cidade em João Pessoa-PB.

A análise das estruturas que reforçam a exclusão social no espaço urbano permitirá uma compreensão mais ampla sobre como essas desigualdades foram historicamente construídas, como persistem atualmente e como provavelmente continuarão a ser reproduzidas no futuro em relação ao “Urso” e seus(suas) participantes. Essa investigação permite visualizar as formas em que a cidade pode ser tanto um espaço de inclusão quanto de exclusão.

Trindade (2012) examina o direito à cidade como um direito constitucional sob duas vertentes. A primeira, jurídico-institucional, baseia-se no Estatuto da Cidade, legislação que visa garantir a função social da propriedade e do espaço urbano, aprovada no Brasil em 2001. A partir dessa abordagem, utilizarei essa perspectiva para compreender como o direito à cidade é, de fato, um direito que deve ser acessível a todos os cidadãos, inclusive aos(as) moradores(as) de bairros periféricos, como é o caso da juventude periférica e negra de João Pessoa-PB. Essa análise possibilita entender como esses grupos podem reivindicar seu lugar na cidade, exigindo uma ocupação justa e inclusiva dos espaços urbanos, ao mesmo tempo em que lutam pelo reconhecimento de sua cidadania plena e pelo acesso equitativo aos direitos sociais, culturais e políticos.

Para consolidar a análise sobre a juventude e a juventude periférica, examinarei o trabalho de Moreira (2011), que investiga o conceito de juventude no campo da psicologia. A partir da noção de adolescência, o autor estabelece aproximações e distanciamentos sobre o tema, integrando também perspectivas das ciências sociais e da filosofia para situar o jovem nas sociedades contemporâneas. A juventude é discutida como um paradigma cultural atual, abordando os processos de subjetivação e as contradições que permeiam a transição para a

vida adulta na pós-modernidade. Essa reflexão permite compreender a juventude em João Pessoa, servindo como ponto de partida para investigar a cultura juvenil e suas representações no espaço urbano, especialmente em relação à juventude periférica e suas experiências.

Farei uso das referências de Sales (2022), que oferece uma análise histórica e gramatical sobre a manifestação cultural do Ala-Ursa, no bairro do Roger, que também é um bairro periférico na cidade de João Pessoa-PB

Entretanto, ressalto a dificuldade em encontrar estudos aprofundados sobre a cultura do Ala-Ursa na cidade de João Pessoa-PB. Ao pesquisar sobre o "Urso", a maioria dos materiais disponíveis trata do "Urso" em Pernambuco. Embora haja semelhanças significativas entre as duas manifestações, também existem diferenças importantes. Dito isso, utilizo o "Urso" de Pernambuco como uma referência histórica para a análise das Ala-Ursas no Brasil. No entanto, não é o objetivo central desta monografia realizar uma análise aprofundada sobre o "Urso" pernambucano.

1.3 O marco teórico

Para consolidar uma base teórica sobre direito à cidade e juventude periférica e realizei uma discussão dos temas, dividida em dois blocos: o primeiro abordará as relações entre a cidade, o direito à cidade e o “Urso” como uma manifestação periférica.

O sociólogo Henri Lefebvre foi um dos primeiros pensadores a analisar criticamente os conceitos de cidade e as desigualdades nos centros urbanos. Influenciado por Marx, Hegel e Nietzsche, ele desenvolveu uma abordagem que parte das desigualdades entre os indivíduos para entender o funcionamento das cidades. Embora tenha escrito suas obras nas décadas de 1960 e 1970, os conceitos desenvolvidos por Lefebvre continuam relevantes e servirão como base para guiar a compreensão das dinâmicas de desigualdade que permeiam o contexto urbano, especialmente no que diz respeito às relações entre grupos periféricos e os centros urbanos, e autores futuros que se baseiam nele, como o caso do geógrafo David Harvey.

Lefebvre (1973; 1991; 1999; 2006; 2013) introduz a ideia de que a produção do espaço urbano não se limita a sua dimensão física, mas é também socialmente construída, refletindo as relações de poder e as lutas por significados e direitos. O movimento cultural do Ala-Ursa, ao ocupar tanto áreas centrais quanto periféricas durante o carnaval, pode ser considerada uma manifestação que ressignifica esses espaços, colocando em disputa as fronteiras sociais e territoriais estabelecidas. Para Lefebvre, o direito à cidade vai além do

simples acesso físico; é também o direito à apropriação simbólica e à participação ativa na criação e transformação do espaço urbano.

O geógrafo inglês David Harvey (2014) oferece contribuições fundamentais à ciência geográfica, cujas influências ultrapassam as fronteiras da disciplina e são amplamente utilizadas nas Ciências Sociais, especialmente no estudo das cidades, do direito à cidade e das desigualdades nos centros urbanos.

Um exemplo disso é a gentrificação, onde grupos sociais são excluídos devido ao aumento do custo de vida e moradia, favorecendo a elite e empurrando os mais pobres para áreas periféricas. Assim, o conceito de direito à cidade é fundamental para compreender os centros urbanos e, no contexto de João Pessoa-PB, o aumento da população, as disputas empresariais e imobiliárias que envolvem a cidade¹. Nesse cenário, a manifestação cultural do Urso acontece, interagindo, se adaptando e resistindo às transformações e pressões desses processos urbanos. A cidade, ao mesmo tempo que oferece um palco para o crescimento das Ala-Ursas, também é um ambiente de disputa, onde as pressões do capitalismo e o desejo por espaços mais valorizados podem restringir e moldar a atuação dessas expressões culturais tradicionais.

Harvey (2014) também auxilia a compreender como o Ala-Ursa atua como um agente de ocupação simbólica e física, rompendo as barreiras territoriais que frequentemente restringem o acesso de grupos periféricos aos espaços públicos. Sua teoria permite compreender como esse movimento cultural se posiciona como uma força de resistência, desafiando e reconfigurando os limites impostos pela urbanização desigual e pelas práticas excludentes nas cidades brasileiras. Através dessa perspectiva, será possível entender como o Ala-Ursa possibilita analisar a exclusão social e territorial, promovendo uma reapropriação dos espaços urbanos por grupos historicamente marginalizados.

Diante de tal exclusão de certos grupos e de moradores(as) de bairros periféricos em João Pessoa na Paraíba, é necessário compreender como a juventude periférica, preta, parda e de baixa renda, da cidade de João Pessoa/PB, se vê diante da cidade e como usufruir da mesma, analisando a percepção da juventude sobre temas como a arte e a cultura.

¹ A "Acumulação por Espoliação" ou "Despossessão", conceito de David Harvey, é utilizado para explicar como a gentrificação ocorre nos centros urbanos, resultando na apropriação de territórios antes ocupados por grupos marginalizados. O autor aponta que, nesse processo, espaços urbanos são transformados para atender aos interesses capitalistas, forçando a expulsão de populações de baixa renda.

Inicialmente, partindo do conceito de juventude a qual, pessoas entre 15 a 24 anos de idade se enquadram como jovens, e de Dayrell (2003), o qual a juventude não deve ser analisada como apenas uma juventude, singular, e sim partindo das “Juventudes”, no plural, visto que as juventudes não são todas iguais, possuindo suas particularidades específicas, como arte, dança, poesia, que não apenas re’produzidas pela juventude, mas que é ressignificada por tal, assim, tal ponto de partida é crucial para a consolidação de como a juventude periférica da cidade João Pessoa/PB se manifesta em relação a representação cultural.

Nesse cenário, ao mesmo tempo, trabalhar com o conceito de juventude periférica auxilia a discutir como as manifestações artísticas tendem a ter uma dificuldade de ultrapassar determinados bairros, localidades onde surgiram, e até mesmo uma dificuldade de ultrapassar os grupos que criaram tais manifestações. Da mesma forma que esses grupos têm dificuldade de terem acesso à serviços e políticas públicas, suas manifestações culturais tendem a ser excluídas de tais ambientes culturais de lazer, como praças, teatros, shows proporcionados pela cidade, dentre outras, assim sendo excluídos as pessoas desses ambientes e suas culturas.

A primeira autora que utilizei como base para o estudo sobre cultura e juventude periférica foi Takeiti e Akemi (2014, 2019). Ela discorre de forma contrária à imagem coletiva da juventude periférica, frequentemente vista como uma parcela da população rebelde, violenta e com tendências à criminalidade. Em vez disso, Takeiti realiza uma análise das manifestações artísticas desses jovens na cidade de São Paulo, destacando suas formas de expressão e resistência cultural de saraus.

Essa visão da juventude periférica como violenta e desorganizada começou a se consolidar nos anos 1980, quando jovens se reuniam em praças para escutar funk e rap nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Esses encontros eram frequentemente associados à desordem devido à natureza das músicas que tocavam estilos musicais como funk e rap, muitas vezes com letras contundentes e batidas marcantes. A força dessas expressões culturais, que traziam críticas sociais e denúncias das desigualdades vividas nas periferias, acabava sendo mal interpretada e estigmatizada pela sociedade e pela mídia da época.

Entretanto, a autora nos mostra que esses ambientes, ao contrário do que o pensamento do senso comum, eram espaços de sociabilidade, manifestações artísticas e representatividade cultural. Além disso, esses encontros funcionavam como uma forma de ocupar a cidade, especialmente os centros e espaços que, durante o dia, eram ambientes de exclusão para a

juventude periférica. Esses locais se tornaram, então, pontos de resistência, onde jovens reivindicavam seu direito à cidade e à visibilidade, desafiando as narrativas estigmatizantes que os associavam apenas à violência e à desordem. Esses espaços proporcionam não apenas momentos de expressão artística e cultural, mas também a articulação política e social dessas juventudes, fortalecendo suas demandas por visibilidade e legitimidade. Os saraus funcionam como plataformas de resistência, onde a periferia podia afirmar sua identidade e lutar por seu lugar na cena cultural urbana.

Diante de tais apresentações e contextualizações do grupo de análise “Urso Amigo Batucada”, parto de Gondim(2012), no qual a cidade é construída de forma elitizada, os ambientes não são desenvolvidos para que toda a população da cidade tenha acesso, usufrua dos ambientes da mesma forma, excluindo parte da população, a qual a população de bairros periféricos são os principais atingidos por tal questão.

Desse modo, considera-se que os conceitos de “direito à cidade” e “juventude periférica” auxiliaram na discussão sobre a Ala Ursa na cidade de João Pessoa - PB, por meio do grupo Urso Amigo Batucada (UAB) de como suas representações culturais são desenvolvidas nos municípios pelas políticas públicas sob a perspectiva do direito à cidade, de como vivenciam os ambientes de cultura e lazer nos ambientes públicos da cidade onde vivem, ocupam e circulam.

Assim como dos conceitos de Juventude desenvolvidos por Dayrell (2003), no qual uma das concepções mais arraigadas sobre a juventude é a ideia de que ela representa uma fase de transição, em que o jovem é visto como um "vir a ser", tendo suas ações no presente voltadas para o futuro, para a preparação da vida adulta. Essa perspectiva tende a enxergar a “juventude de forma negativa”, como algo que ainda não se concretizou (Dayrell, 2003, apud, Salem, 1986), desvalorizando o presente vivido e focando apenas no que o jovem ainda não atingiu.

CAPÍTULO 2:

Carnaval, Ala-Ursa, e história dos movimentos no Brasil e na Paraíba

Ala-Ursa quer dinheiro, e quem não dá é pirangueiro!
Ala-Ursa quer dinheiro, e quem não dá é pirangueiro!

Verso popularmente cantado pelas crianças e pelos brincadores/as da Ala Ursa

No presente capítulo será realizado um levantamento bibliográfico sobre o carnaval no Brasil, com foco na popularização dos movimentos carnavalescos e, especificamente, no movimento do Ala-Ursa na Paraíba. No entanto, para compreender o contexto e a relevância desse movimento, será necessário descrever inicialmente uma visão geral sobre a origem e o desenvolvimento do Ala-Ursa no Brasil.

2. 1 Ala-Ursa na cidade de João Pessoa-PB

As Ala-Ursas e dos Ursos ocupa, de fato, um lugar central no imaginário coletivo dos moradores de João Pessoa, especialmente entre os(as) jovens das periferias. No entanto, a escassez de materiais bibliográficos e acadêmicos sobre essa manifestação cultural na cidade apresentou um desafio significativo para a pesquisa. Diante disso, optei por utilizar os poucos recursos disponíveis, complementando-os com relatos e experiências vividas pelos integrantes do Urso Amigo Batucada (UAB).

O Ala-Ursa, como foi mencionado, é uma manifestação cultural popular que se destaca em várias cidades do Nordeste brasileiro, sendo particularmente forte nos estados do Rio Grande do Norte, Pernambuco e Paraíba (Aranha, 2014). Na Paraíba, o Urso tem uma presença marcante na capital, João Pessoa, e também em Mamanguape, um município próximo.

Em relação à origem do Ala-Ursa, sua história é marcada por múltiplos caminhos e interpretações, dada a escassez de materiais de pesquisa aprofundada sobre o tema. Para suprir essa lacuna, utilizarei referências que utilizei Sales (2020), que oferece uma pesquisa histórica e gramatical sobre a manifestação cultural do Ala-Ursa. (Sales, 2020, apud, Benjamin, 2001) discute as raízes históricas desse fenômeno, examinando suas possíveis conexões com

tradições populares e o desenvolvimento da cultura carnavalesca no Nordeste brasileiro. Como podemos ler:

De acordo com o mesmo autor, foram os primeiros colonizadores europeus que trouxeram a memória da presença do urso para o Brasil, “registros muitos antigos de expressões e comparações metafóricas da linguagem popular brasileira, relacionadas com o urso apresentam os mesmos significados que têm sido considerados atributos do animal nas culturas europeias” (Sales, 2022, p.52, apud BENJAMIN, 2001, p. 4)

Sales (2022) oferece uma perspectiva para a compreensão da multiplicidade de significados e práticas associadas ao Ala-Ursa, proporcionando uma base teórica importante para esta análise. Compreende-se que a presença do Ala-Ursa se manifesta de forma considerada marcante na vida das comunidades periféricas de João Pessoa, seja pela participação ativa nas festividades ou pela convivência cotidiana com os desfiles que tradicionalmente ocupam as ruas dessas localidades durante o período carnavalesco. Essa vivência cotidiana não só mantém e ressignifica a tradição viva, mas também fortalece a identidade cultural local, ao mesmo tempo em que ressignifica o espaço urbano.

Durante a pesquisa de campo, percebeu-se que as apresentações tradicionais dos Ala-Ursas, especialmente durante o Carnaval Tradição, são marcadas por desfiles nos quais os(as) participantes vestem fantasias artesanais de urso. Essas fantasias são cuidadosamente confeccionadas utilizando materiais simples e acessíveis, como macacões de estopa, retalhos de tecido, sacolas plásticas desfiadas, pelúcia ou fibras de agave. A escolha desses materiais é estratégica, buscando reproduzir não apenas a aparência visual de um urso, mas, principalmente, o volume corporal característico de sua pelagem.

Observou-se que o volume e o movimento da "pelagem" são aspectos essenciais no contexto das performances dos Ala-Ursas, uma vez que o dinamismo proporcionado pela fantasia durante a dança desempenha um papel central nas competições. O movimento fluido e expansivo da fantasia em sintonia com a coreografia é cuidadosamente observado pelos jurados, sendo um dos critérios fundamentais para a avaliação artística do grupo. Esse tema, que envolve a estética visual, o ritmo e a coreografia das apresentações, será explorado mais profundamente no capítulo subsequente, no qual discutiremos a luz dos conceitos de direito à cidade e do juvenludes periféricas, os critérios de avaliação e o simbolismo das competições de Ala-Ursas no contexto do carnaval de João Pessoa.

Ao longo da pesquisa compreendi que um dos elementos principais utilizados nas fantasias são as máscaras de urso, frequentemente confeccionadas a partir de papel machê e pintadas em tons variados, visando reproduzir de maneira estilizada a pelagem de ursos e outros animais. Além das pinturas, é comum o uso dos mesmos materiais empregados na confecção do restante da fantasia, como forma de garantir a continuidade visual e, sobretudo, para conferir movimento à máscara, mantendo a coerência estética e funcional com a parte inferior do traje. Esse dinamismo é um componente considerado importante para a performance dos(as) participantes, especialmente nas competições.

Imagem II: Foto da Cabeça (Máscara) utilizada pelo UAB no Carnaval Tradição de 2024.



Fonte: Autoria própria, 2024.

As máscaras desempenham um papel central na caracterização das Ala-Ursas, sendo responsáveis por evidenciar as principais distinções entre os membros de cada grupo. Tradicionalmente, cada grupo é composto por um urso "Pai", uma ursa "Mãe" e um ou dois "Filhos". A ursa "Mãe" e a "Filha" costumam ser distinguidas pelo uso de acessórios específicos, como laços na cabeça ou a representação de cabelos longos, reforçando as diferenças de gênero e hierarquia familiar dentro da performance. Considera-se que essas características visuais ajudam a consolidar a narrativa familiar e simbólica que permeia as apresentações.

Ao comparecer nos desfiles observou-se uma diversidade de batuques, que incluem instrumentos tradicionais como bumbo, surdo, caixa e chocalho na produção de sonoridades e ritmos. Juntamente aos batuques é comum a utilização de instrumentos improvisados, confeccionados a partir de materiais reciclados, como latas, painéis, baldes e outros objetos do cotidiano. Essa combinação de instrumentos convencionais e improvisados constitui a base sonora dos desfiles e contribui para a atmosfera rítmica considerada distintiva do grupo conhecido como Ala-Ursa.

Percebe-se que a criatividade na confecção dos instrumentos também reforça o caráter comunitário e acessível dessa manifestação cultural, especialmente porque as Ala-Ursas² se consolidaram como uma brincadeira popular entre as crianças. Assim como o futebol se tornou uma prática esportiva lúdica e espontânea, a tradição dos ursos é uma manifestação cultural cotidiana no bairro que foi realizada a pesquisa (Aranha, 2014).

Ao mesmo tempo, é comum que as crianças, durante o carnaval, se reúnam para "brincar de urso", mantendo viva a tradição de maneira mais informal e espontânea, o que reforça o caráter lúdico e intergeracional dessa prática cultural. Nessas brincadeiras, frequentemente utilizam roupas velhas e rasgadas como fantasias improvisadas. Em vez de máscaras de urso, que muitas vezes são inacessíveis devido ao custo, recorrer a máscaras compradas em lojas de fantasias ou armarinhos, que representam personagens como bruxas, zumbis e até o personagem do filme *Pânico* (1996)³, essa adaptação criativa evidencia a flexibilidade da tradição, que se reinventa conforme os recursos disponíveis, mantendo-se presente na vida cotidiana.

Observei que essas crianças percorrem as ruas de seus bairros arrecadando dinheiro para comprar doces e latas de tinta para pintar o cabelo, mantendo viva a prática carnavalesca de maneira acessível e divertida durante os meses que antecedem o carnaval, ou seja, do fim de Dezembro ao meio de Março. Utilizam instrumentos personalizados, frequentemente confeccionados por elas mesmas, como painéis que são adaptados para caixas, baldes que se transformam em surdos, e colheres de pau que servem como baquetas, demonstrando um espírito de criatividade e improviso. Esse caráter inventivo é uma das

² Existem as Ala-Ursas tradicionais, que participam das competições oficiais, com uma estrutura mais organizada, incluindo a presença de diversos instrumentos, padronização de uniformes e outras características que serão aprofundadas posteriormente.

³ *Scream* (bra: *Pânico*) é um filme americano de 1996, pertencente ao subgênero *slasher*, com roteiro de Kevin Williamson e direção de Wes Craven, o filme se torna bastante popular no Brasil no início dos anos 2000)

principais marcas dos desfiles informais organizados pelas crianças, que muitas vezes ainda não têm idade suficiente para participar das Ala-Ursas oficiais. Assim, essas brincadeiras infantis não apenas preservam, mas também ressignificam a tradição, garantindo sua continuidade nas gerações mais jovens.

Considera-se que essa ressignificação transforma os bairros periféricos em centros de produção cultural, capazes de dialogar com o restante da cidade e do país, revelando a força e a resiliência das manifestações culturais originadas nessas áreas, partindo das próprias produções. O Ala-Ursa, assim, não apenas celebra o carnaval, mas também cria um espaço de pertencimento, no qual a cultura da periferia é afirmada e reconhecida, contribuindo para a formação de uma identidade coletiva enraizada no território urbano e na memória afetiva de seus e suas participantes.

2.2 O campo e a Ala Ursa no Centro de Referência da Juventude

Em minha pesquisa, decidi focar no universo de pesquisa no Urso Amigo Batucada (UAB) por diversos motivos. Um dos principais é que já conheço a região, especificamente o bairro do Rangel. Além disso, já tive contato com o coordenador do grupo, Dal Zapata, pois, na minha adolescência, participei de algumas oficinas no Centro de Referência da Juventude (CRJ - Rangel). Essa familiaridade com o contexto e as pessoas envolvidas me proporcionou uma base sólida para aprofundar minha pesquisa sobre as manifestações culturais da juventude periférica. Reconectei laços com o local tendo uma colega como intermediária, que me informou datas e horários de ensaio, nos quais poderia realizar atividades de observação de campo.

Houve dificuldades no que se refere às entrevistas, uma vez que muitos(as) dos(as) integrantes eram menores de idade e não foi possível conciliar as atividades de aula da graduação com a resolução dos trâmites burocráticos necessários para isso. Como o Urso Amigo Batucada (UAB) está vinculado ao Centro de Referência da Juventude, uma instituição de educação do município de João Pessoa, não foi possível realizar entrevistas com esses(as) jovens. Além disso, como os ensaios e desfiles ocorriam à noite, perdi muitos registros devido à falta de equipamento adequado.

Os Centros de Referência da Juventude⁴ são um programa de políticas públicas do município de João Pessoa que promoveu a construção de espaços físicos destinados à inclusão de jovens residentes de bairros periféricos e estudantes de escolas públicas. Esses centros oferecem diversas atividades, como esporte, lazer e recreação cultural, com o objetivo de proporcionar um ambiente de desenvolvimento e apoio para a juventude local. Segundo o site da prefeitura, os CRJ surgem para:

Fomentar o protagonismo juvenil, percebendo os(as) jovens como sujeitos de direitos, contribuindo para a articulação eficiente das políticas públicas, voltadas a esta população, entendida como aquela composta de pessoas com idade entre 15 a 29 anos no território do Município de João Pessoa. (PMJP, 2024).

No site da prefeitura consta como deveria estar acontecendo diversas atividades, conforme imagem abaixo:

Imagem: Tabela de atividades do Centro de Referência da Juventude do Bairro do Rangel, segundo o site da prefeitura de João Pessoa

⁴ Mais informações sobre os Centro de Referências da Juventude, podem ser encontradas no site da prefeitura de João Pessoa-PB:
<https://www.joaopessoa.pb.gov.br/servico/centros-de-referencia-de-juventude/>

Programação

CRJ REUBEN RAMALHO – RANGEL. DIRETOR: ADAILSON (DAL)

RUA ELIAS CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE, S/N **(3218 9872)**

KARATÊ	TER E QUI	DAS 09H00 ÁS 11H00
SKATE NA BASE	SEG, QUA, SEX	DAS 15H00 ÁS 17H00
DANÇAS	SEG E QUI	DAS 16H00 ÁS 18H00
CAPOEIRA AFRO NAGÔ	SEG E QUI	DAS 19H00 ÁS 21H00
FUTSAL	SEG, TER, QUI	DAS 19H00 ÁS 21H00
FUTEBOL DE CAMPO	QUA	DAS 18H00 ÁS 22H00
FUTEBOL DE CAMPO	SABADO	DAS 06H00 ÁS 12H00
DANÇA DE SALÃO	SEG	DAS 19H00 ÁS 21H00
DANÇA KI SWINGUE	QUI	DAS 20H00 ÁS 21H00
DANÇA Q'QUEBRANÇA	SEX	DAS 19H00 ÁS 21H00
BREAK DANCE	QUA E SEX	DAS 19H00 ÁS 21H00
MUAY THAY	SEG E QUA	DAS 18H00 ÁS 19H00

Fonte: Site da prefeitura de João Pessoa. Data de acesso: 25.Set.2024

Entretanto, durante as observações de campo, ao dialogar sobre as atividades dos Centros de Referência da Juventude, o coordenador relatou que muitas delas não estão ocorrendo devido ao sucateamento em que os CRJ se encontram. Ele destacou que a prefeitura não disponibiliza a verba necessária e não dá a devida atenção a esses espaços.

Diante de já ter conhecimento das datas e horários de ensaios fui em dia de ensaio, no qual cheguei com meia hora antes do início do ensaio, chegando no Centro de Referência da Juventude às 18h, para entrar em contato com o coordenador do centro Dal Zapata, o qual realiza diversas atividades culturais com crianças e jovens do Bairro do Rangel em João

Pessoa/Pb. Obtive autorização verbal do Dal para realizar atividades de observações antes e durante os ensaios. Dal e os integrantes do Ala-Ursa foram receptivos, me apresentando o local, os demais membros que compunham o Urso Amigo Batucada, instrumentos, salas de manutenção dentre outros espaços, como a praça na qual os ensaios são realizados.

O Centro de Referência da Juventude, é localizado na Praça da Amizade, Av. Dois de Fevereiro, no bairro do Rangel, que é localizado no município de João Pessoa/PB. O bairro do Rangel é composto majoritariamente por pessoas negras e pardas, de baixa renda, e é considerado um bairro periférico. A praça da Amizade é uma praça que por muitos anos teve um papel de socialização muito importante entre o próprio bairro e os bairros vizinhos como o bairro do Cristo Redentor, que faz divisa direta com o Rangel. Foi relatado ainda, que com o início da pandemia a praça parou de ter público devido o isolamento social, ademais, com o fim da pandemia, o público massivo que frequentava a praça não voltou a frequentar.

Na Ala-Ursa o perfil dos(as) integrantes é bem diversificado em relação a idade, com crianças que aparentavam ter entre 08 anos a jovens que aparentavam ter 22 anos, em sua maioria, estão entre os 13 anos aos 17 anos. O grupo também é diversificado em relação a gênero, possuindo homens e mulheres, sendo sua maioria homens. Em grande parte dos encontros em que acompanhei, havia 22 integrantes presentes, sempre com a presença do Dal, o qual atuava como maestro e coordenador do ensaio. O grupo foi extremamente receptivo, menos convidando para participar do ensaio, seja participando na animação ou tocando os instrumentos, entretanto, preferi me conter a observação nesse primeiro contato, não tocando os instrumentos.

As fantasias e os instrumentos eram confeccionados e mantidos, principalmente, pelos(as) participantes mais antigos. Devido à experiência acumulada ao longo dos anos de participação no Urso, esses(as) integrantes com mais idade conheciam bem os métodos necessários para realizar a manutenção dos materiais. As fantasias geralmente são confeccionadas ao longo dos meses de julho a novembro, sendo finalizadas no início de dezembro para que tudo esteja pronto para os desfiles e o pré-carnaval em janeiro. Lembro-me das vezes que fui aos ensaios e presenciei a produção das fantasias e a manutenção dos instrumentos. O cheiro forte de tinta fresca, usada para dar acabamento nos instrumentos, era marcante. Ao mesmo tempo, alguns integrantes desfilavam e amarravam sacos de estopa branca em camisas de manga longa, criando a parte superior do traje do Urso.

A apresentação no desfile do Carnaval Tradição, embora mais exigente e elaborada, é também a mais efêmera. Por se tratar de um desfile competitivo, ela mobiliza uma gama de sentimentos, posturas e uma organização que se diferencia do cotidiano mais descontraído da brincadeira. A pressão do julgamento e a busca por reconhecimento tornam essa ocasião singular, exigindo um esforço coletivo maior e uma preparação mais detalhada por parte dos(as) participantes.

Nas apresentações da UAB, é característico o uso de uma base de maquiagem branca no rosto, complementada por bigodes laranjas pintados. Ao contrário das demais Ala-Ursas, que costumam usar camisas semelhantes às de times, mas personalizadas com suas próprias identidades, a UAB adota uma vestimenta exclusiva que remete às roupas dos brincantes do carnaval francês do século XIX.

Durante minhas observações, percebo como todos(as) os(as) integrantes, dos(as) mais jovens aos mais experientes, desempenham um papel importante no grupo. Independentemente do tempo de participação na Ala-Ursa, cada um contribui, seja na produção dos materiais, na pintura, na afinação dos instrumentos ou até mesmo ensinando os colegas a tocar. Essa dinâmica colaborativa reforça a unidade de comunidade e pertencimento entre os(as) participantes.

CAPÍTULO 03:

Direito à cidade e Ala-Ursa “Urso Amigo Batucada - UAB”

No presente capítulo, será discutido como os conceitos de "Cidade" e "Direito à Cidade", desenvolvidos por David Harvey(2014) e Henri Lefebvre (1973; 1991; 1999; 2006; 2013), se interrelacionam com o movimento cultural do Ala-Ursa e o conceito de “juventude periférica”. A análise abordará como o deslocamento dos grupos de Urso na cidade de João Pessoa-PB, durante o período carnavalesco, rompe as barreiras territoriais e desafia as demarcações e os conflitos de interesses urbanos.

3.1 Direito à Cidade e a cidade de João Pessoa-PB

O Direito à Cidade, concebido como um direito social e humano, é uma temática amplamente debatida nas Ciências Sociais. As cidades são frequentemente planejadas e construídas de maneira que os espaços destinados à representação cultural, ao lazer, à saúde, à educação, entre outros. Esses espaços tendem a se concentrar em áreas privilegiadas, predominantemente ocupadas por classes média alta e alta, resultando na exclusão de uma parcela significativa da população que reside em bairros periféricos, (Gondim, 2012) Essa dinâmica reforça desigualdades socioespaciais, limitando o acesso de grupos marginalizados aos benefícios e recursos urbanos, e colocando em evidência a necessidade de políticas inclusivas que assegurem a todos o pleno usufruto do ambiente urbano.

Nesse contexto, os principais afetados pela exclusão social gerada pela distribuição desigual dos espaços urbanos são os moradores de bairros periféricos, que, em sua maioria, são compostos por pessoas pretas, negras, pardas e de baixa renda. No entanto, é importante destacar que esses indivíduos não formam uma massa homogênea. Conforme argumenta Santos (2021), cada residente desses bairros possui interesses, vivências e percepções culturais próprias e singulares. Essa diversidade interna nas periferias demonstra a complexidade e a pluralidade das experiências sociais, culturais e econômicas que coexistem nesses espaços, reforçando a necessidade de um olhar atento e multifacetado sobre as desigualdades urbanas e suas consequências.

A forma como as cidades são construídas resulta na exclusão sistemática de grupos periféricos de diversos espaços urbanos, como praças, pontos turísticos e centros culturais, conforme apontado por Harvey (2014). Essa dinâmica de segregação espacial dificulta o

pleno exercício do direito à cidade, que inclui o acesso à educação, segurança, trabalho e lazer. Além das barreiras físicas, as representações culturais desses grupos também são marginalizadas, sendo frequentemente excluídas dos ambientes de lazer e cultura urbanos, como praças, teatros e eventos promovidos pelas cidades. Dessa maneira, a exclusão afeta não apenas o acesso físico, mas também a visibilidade e a valorização das expressões culturais periféricas, reforçando as desigualdades sociais e culturais no espaço urbano.

O direito à cidade não é um direito individual exclusivo, mas um direito coletivo concentrado. Inclui não apenas os trabalhadores, mas todos aqueles que facilitam a reprodução da vida cotidiana [...]. Busca-se a unidade em uma diversidade de espaços e locais sociais fragmentados em uma divisão de trabalho inúmerável. [...] Por motivos óbvios, porém, trata-se de um direito complicado, devido às condições contemporâneas da urbanização capitalista, assim como à natureza das populações que poderiam lutar ativamente por esse direito. [...] (HARVEY, 2014, p.247).

A construção das cidades frequentemente resulta na exclusão de grupos residentes em bairros periféricos de diversos espaços urbanos, como praças, pontos turísticos e centros culturais. Essa exclusão espacial reflete-se em uma maior dificuldade dessas populações em exercerem plenamente o direito à cidade, o que inclui o acesso a serviços essenciais, como educação, segurança, trabalho e lazer. Paralelamente, às representações culturais desses grupos também são marginalizadas, sendo frequentemente excluídas dos ambientes culturais e de lazer urbanos, como praças, teatros e eventos públicos. Dessa forma, além de serem fisicamente segregados, esses indivíduos veem suas expressões culturais silenciadas e desvalorizadas, o que reforça a exclusão social e cultural no contexto urbano.

É por esse motivo que o direito à cidade deve ser entendido não como um direito ao que já existe, mas como um direito de reconstruir e recriar a cidade como um corpo político socialista com uma imagem totalmente distinta: que erradique a pobreza e a desigualdade social e cure as feridas da desastrosa degradação ambiental. Para que isso aconteça, a produção das formas destrutivas de urbanização que facilitam a eterna acumulação de capital deve ser interrompida (HARVEY, 2014, p.247).

Entre os indivíduos mais afetados pela exclusão dos espaços públicos, destaca-se a juventude periférica, que, historicamente, tem se mostrado um agente significativo na produção cultural. No início do século XX, por exemplo, a juventude das periferias desempenhou um papel central na criação de novos movimentos culturais, como o surgimento do samba, (Tanei, 2019). Nos anos 1980, essa mesma juventude foi protagonista na criação do Funk brasileiro, e atualmente continua a moldar o cenário cultural com a ascensão de gêneros

como o Rap, Trap e Brega Funk, entre outros (Takeiti, 2019). Além da música, a produção cultural da juventude periférica se estende para outras formas de expressão, como o Graffiti, o Pixo e a Fotografia, revelando a ampla diversidade de manifestações culturais que emergem dessas regiões e sua capacidade de transformar o espaço urbano e o imaginário cultural.

A cidade de João Pessoa, localizada no estado da Paraíba, é composta oficialmente por 59 bairros⁵. No entanto, este número não inclui as comunidades e favelas, refletindo um preconceito estrutural presente em nossa sociedade, que impede o reconhecimento formal dessas áreas como bairros. Ao serem rotuladas “apenas” como comunidades ou favelas, essas localidades são privadas de direitos essenciais e da infraestrutura básica que os bairros oficialmente reconhecidos possuem, como ruas e avenidas pavimentadas, calçadas, escolas, postos de saúde e outros serviços públicos. Essa exclusão não apenas reforça as desigualdades socioespaciais, mas também limita o acesso a direitos fundamentais, perpetuando a marginalização desses territórios e de seus habitantes. Este fenômeno tendencialmente pode decorrer de um preconceito estrutural na sociedade, que classifica essas áreas apenas como comunidades ou favelas, em vez de reconhecê-las como bairros. Consequentemente, tais localidades são privadas dos direitos e serviços normalmente associados aos bairros oficialmente reconhecidos, como ruas e avenidas pavimentadas, calçadas, escolas e postos de saúde, entre outros serviços básicos.

Além da carência de infraestrutura, as pessoas residentes em comunidades e favelas enfrentam um silenciamento de sua cultura, costumes e representações artísticas. A essência cultural dessas localidades muitas vezes não consegue transpor as barreiras interbairros, permanecendo restrita a seus próprios territórios (Martins, 1992). Essa limitação contribui para a formação de identidades locais distintas, reforçando o senso de pertencimento dos moradores a seus bairros específicos. Ao mesmo tempo, a falta de intercâmbio cultural entre bairros pode acentuar as desigualdades e tensões sociais dentro da cidade. A ausência de integração dificulta a criação de uma identidade urbana coletiva, fragmentando ainda mais o espaço urbano. Essa falta de visibilidade e representação é um fenômeno recorrente em todo o Brasil, e João Pessoa, na Paraíba, não é exceção.

Espaços públicos que deveriam servir como instrumentos de inclusão, arte e lazer frequentemente não contemplam toda a população da cidade. Isso resulta em um processo de

⁵ Conforme levantamento feito pelo site da prefeitura, baseando-se no CENSO do IBGE (2000), site: <https://antigo.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/copacjp/o-centro/#:~:text=POPULAÇÃO,que%20tem%2059%20bairros%20oficiais>).

exclusão que marginaliza ainda mais os moradores dessas áreas, ao afastá-los dos espaços de convivência e expressão cultural, reforçando a segregação socioespacial e a invisibilidade de suas contribuições culturais.

O acesso a políticas públicas de cultura e ao espaço urbano é limitado para jovens e moradores(as) de bairros periféricos no município, sob a perspectiva do direito à cidade. Assim, para (Hughes, 2004), a exclusão ultrapassa a esfera da cultura e do lazer, manifestando-se também na educação, segurança, saúde e trabalho. Muitos espaços públicos fecham-se para determinados grupos, considerando questões de raça, interesse cultural, representação e classe social, afetando especialmente a juventude periférica, preta, parda e de baixa renda na cidade de João Pessoa/PB.

Além das questões relacionadas à infraestrutura, os residentes de comunidades e favelas enfrentam um apagamento sistemático de sua cultura, costumes e representações artísticas. A essência cultural dessas localidades frequentemente não consegue transpor as barreiras inter-bairros, resultando em uma ausência de visibilidade e reconhecimento. Essa falta de representação é um fenômeno observável em todo o Brasil e também se manifesta em João Pessoa, PB. Os ambientes públicos, que deveriam funcionar como instrumentos de políticas públicas de inclusão, arte e lazer, muitas vezes falham em englobar toda a população da cidade, perpetuando uma exclusão e um distanciamento das pessoas que residem em áreas periféricas.

O acesso a políticas públicas de cultura e ao espaço urbano é restrito para jovens e moradores de bairros periféricos no município de João Pessoa, PB, sob a perspectiva do direito à cidade. Essa exclusão vai além das limitações impostas ao acesso à cultura e ao lazer, estendendo-se também à educação, segurança, saúde e trabalho. Muitos espaços públicos tendem a se fechar para determinados grupos com base em questões de raça, interesse cultural, representação e classe social. Essa dinâmica afeta particularmente a juventude periférica, preta, parda e de baixa renda na cidade, evidenciando como a segregação socioespacial restringe o acesso a direitos fundamentais e oportunidades de desenvolvimento.

Partindo do conceito de construção das cidades proposto por Harvey (2014), é possível entender que o planejamento urbano muitas vezes resulta na exclusão de certos grupos de pessoas de diversos ambientes, como praças, pontos turísticos e centros culturais. Esse fenômeno, embora observado globalmente, é particularmente pronunciado nas cidades brasileiras, onde as desigualdades espaciais frequentemente se manifestam de maneira mais

evidente. A estrutura das cidades, muitas vezes elitizada e desigual, contribui para que determinados segmentos da população sejam marginalizados e privados de acesso a espaços e serviços essenciais.

Nesse contexto, as manifestações artísticas frequentemente enfrentam dificuldades para transcender as fronteiras dos bairros e localidades onde surgiram, limitando sua capacidade de alcançar um público mais amplo e diversificado. Da mesma forma que os grupos responsáveis por essas manifestações enfrentam barreiras no acesso a serviços e políticas públicas, suas expressões culturais também tendem a ser excluídas dos ambientes culturais de lazer, como praças, teatros e eventos promovidos pela cidade. Esse fenômeno resulta na marginalização não apenas das pessoas que produzem essas manifestações culturais, mas também de suas culturas, perpetuando a exclusão e a invisibilidade de suas contribuições culturais no espaço público urbano.

Em ambas as modalidades (Desfiles oficiais, ou brincadeiras na rua), os participantes desfilam com fantasias de urso artesanais, confeccionadas a partir de materiais como macacões de estopa, retalhos, sacolas plásticas desfiadas, pelúcia ou agave. As máscaras, elaboradas com papel machê e pintadas em cores variadas, representam ursos, e os desfiles são acompanhados por uma diversidade de batuques, incluindo bumbo, surdo, caixa e chocalho. Além disso, é comum o uso de instrumentos improvisados, feitos de latas, painéis, baldes e outros materiais reciclados, formando o grupo conhecido como Ala-Ursa. Esta manifestação é considerada de importância imensurável tanto para a cultura pessoense quanto para a paraibana, pois, serve como uma porta de convite e de exemplificação da arte popular paraibana.

Diante da exclusão de certos grupos e moradores de bairros periféricos na como a juventude periférica, composta por indivíduos pretos, pardos e de baixa renda, percebe e interage com o ambiente urbano. Essa análise deve considerar não apenas como esses(as) jovens vivenciam o espaço da cidade, mas também como usufruem das oportunidades culturais e artísticas oferecidas, ou a elas limitadas.

Partindo da análise de Gondim (2012), a cidade é estruturada de maneira elitizada, com seus ambientes frequentemente não projetados para garantir acesso equitativo a toda a população. Essa configuração resulta na exclusão de uma parcela significativa da população, sendo os moradores de bairros periféricos os mais impactados por essa dinâmica. O foco da investigação é analisar como as representações culturais dessa juventude são manifestadas na

cidade, através das políticas públicas, e como esses jovens acessam e usufruem dos espaços culturais e de lazer, além de avaliar a presença e a representação de sua cultura nos ambientes públicos urbanos.

Diante da exclusão vivenciada pelos(as) moradores(as) oriundos(as) das periferias urbanas, é imperativo investigar como a juventude periférica, composta por indivíduos pretos, pardos e de baixa renda na cidade de João Pessoa, PB, percebe e utiliza o espaço urbano. As percepções desses(as) jovens em relação à arte e à cultura, explorando como eles experienciam e interagem com a cidade, bem como a forma como sua cultura é representada e valorizada nos diversos contextos urbanos. Considera-se, com base na discussão feita ao longo do trabalho, que compreender essas dinâmicas é essencial para avaliar a efetividade das políticas públicas e a inclusão cultural, permitindo um entendimento mais profundo sobre a inserção e a expressão cultural da juventude periférica na cidade.

Diante da vasta gama de criações e manutenções culturais desenvolvidas pelos(as) jovens de bairros periféricos, pretos(as), pardos(as) e de baixa renda no município de João Pessoa, Paraíba, é paradoxal que não haja uma adequada representação cultural desses grupos nos ambientes públicos destinados à promoção e ao desenvolvimento cultural da cidade. Espaços como praças, teatros e eventos culturais deveriam servir como plataformas para a expressão e valorização da diversidade cultural local. No entanto, a ausência de uma representação significativa desses(as) jovens e de suas expressões culturais nesses ambientes evidencia uma lacuna na integração e na inclusão cultural, refletindo uma discrepância entre as práticas culturais vibrantes dessas comunidades e sua visibilidade e reconhecimento no espaço público urbano.

3.2 Ala-Ursa como Direito à Cidade

Considera-se que falar sobre o "Direito à Cidade" é crucial e oportuno em nosso mundo cada vez mais urbanizado. O termo representa a ideia de que, como cidadãos(ãs) de uma cidade, podem ter acesso igualitário e justo a recursos, serviços e oportunidades urbanas, independentemente de sua origem social ou localização geográfica. Assim dentre esses ambientes que muitas não têm as condições consideradas adequadas para inclusão social, Os principais afetados(as) são os(as) residentes de bairros periféricos, que majoritariamente são compostos por pessoas pretas, negras e pardas, e de baixa renda segundo o Instituto

Locomotiva (2021)⁶, o qual durante pesquisa em 2020, relata que 60% dos indivíduos que compõem a classe econômica “C” são pessoas negras, assim como 74% das pessoas que compõem a classe “D” e “E” também são pessoas negras. Ademais, isso não os(as) classifica como uma massa homogênea, e sim, cada indivíduo que compõe bairros periféricos possuem seus interesses próprios e percepções culturais particulares e únicas.

Para Harvey, (2014), a construção das cidades implica que determinados grupos de habitantes de bairros periféricos sejam excluídos de muitos ambientes, como praças, pontos turísticos, centros culturais, dentre outros. Assim sendo, tais pessoas podem ter uma maior dificuldade de terem direito à cidade, como o direito ao acesso à educação, segurança, trabalho, e lazer. Da mesma forma que esses grupos têm dificuldade de terem acesso à cidade, suas representações culturais acabam sendo excluídas de tais ambientes de culturais de lazer, como praças, teatros, shows proporcionados nos espaços da cidade, dentre outras, assim sendo excluídos as pessoas desses ambientes e suas culturas. Ou seja, o "Direito à Cidade" é intrinsecamente vinculado à justiça social (Harvey, 2014). Nesse conceito é possível analisar perspectivas de pesquisa que busquem questionar modelos que não asseguram que a possibilidade de igualdade de oportunidades prevaleça nas áreas urbanas, onde a densidade populacional frequentemente exacerba desigualdades existentes. Ao falar sobre o direito à cidade, reconhecemos a necessidade de criar sociedades mais justas e inclusivas.

Dentre os indivíduos que passam pela exclusão de ambientes públicos destaco os grupos sociais que podem ser analisados a partir da lente de juventudes periféricas, a qual, historicamente sempre demonstrou ser um forte agente de produção cultural, como no início do século XX, no qual essa juventude iniciou movimentos culturais como o samba, assim como a criação do Funk brasileiro nos anos de 1980, e atualmente ganha força com estilos musicais como o Rap, Trap, Brega Funk, dentre outros estilos (Takeiti, 2019). Ademais, a construção cultural da juventude periférica vai além da construção musical, aparecendo, por exemplo, também no Graffiti, Pixo, Fotografia, dentre outros movimentos culturais.

A inclusão é um ponto-chave na discussão sobre a vida urbana e o direito à cidade. Em muitas cidades, grupos marginalizados e comunidades de baixa renda enfrentam exclusão e marginalização sistêmicas, sendo frequentemente privados de acesso pleno aos espaços

⁶Os dados do Instituto Locomotiva foram selecionados por terem realizado uma pesquisa qualitativa com o objetivo de mapear a relação entre pobreza e raça no Brasil. Além disso, a pesquisa foi complementada com informações do censo de 2010, proporcionando uma base sólida para a análise das desigualdades sociais e raciais no país.

públicos e aos serviços urbanos. O debate sobre o direito à cidade, como discutido por autores como Lefebvre (1999, 2006) e Harvey (2014), enfatiza a necessidade de trazer essas comunidades para o centro das discussões urbanas. Isso envolve a busca por soluções que atendam às suas necessidades e preocupações, assegurando que todos(as) possam ter condições de usufruir e construir o espaço urbano.

Nesse contexto, o Ala-Ursa pode ser considerado, dentre suas possibilidades criativas e limites, um agente de ruptura das demarcações territoriais que restringem o acesso das populações periféricas a esses espaços. Através de suas manifestações culturais, especialmente durante o carnaval, os grupos de Ala-Ursa conquistam um direito, mesmo que relativo e temporário, a uma expressão simbólica ao ocupar os centros urbanos, espaços que em outros momentos se mostram restritos ou mesmo hostis para os moradores das periferias. Essa ocupação temporária permite que os grupos periféricos, muitas vezes excluídos das atividades centrais da cidade, tendem a afirmar sua presença, sua identidade e seu direito ao espaço urbano, bem como “Emergindo da classe dominada e não dominante, e de forma crítica e consciente, estes grupos analisam a realidade e expressam seu conhecimento de forma criativa, por meio de músicas, grafites, poesias, vídeos e fotografias. (Angileli, 2018).

O papel do governo ao propagandear ou ao tentar promover essa inclusão por meio de políticas como o "Carnaval Tradição" é considerado de grande relevância por integrantes de grupos carnavalescos, como o Ala Ursa. Esses programas incentivam a presença de manifestações culturais como o Ala-Ursa nas áreas centrais da cidade, proporcionando uma visibilidade e um reconhecimento que transcendem os limites físicos e simbólicos que costumam marcar o cotidiano da exclusão social nas cidades brasileiras. Esse processo, mesmo que temporário, ressignifica os espaços urbanos, ampliando a noção de pertencimento e cidadania para as comunidades envolvidas.

Além disso, a qualidade de vida nas áreas urbanas está intrinsecamente ligada ao direito à cidade, que abrange muito mais do que o simples acesso físico ao espaço urbano (Menezes, 2022). Ele inclui o acesso a serviços essenciais, como educação de qualidade, saúde, transporte, moradia e ambientes saudáveis. Discutir o direito à cidade é, portanto, reafirmar o compromisso com uma cidade inclusiva, onde todos os cidadãos, independentemente de sua localização socioeconômica, possam desfrutar de uma boa qualidade de vida. No caso do carnaval e do Ala-Ursa, essa inclusão é tanto um ato cultural

quanto um ato político, em que a luta por espaço reflete a luta por dignidade, respeito e reconhecimento.

A desigualdade espacial é uma questão persistente em muitas cidades. Isso significa que algumas áreas urbanas recebem mais investimentos em infraestrutura e serviços do que outras, ou seja, bairros ditos de elites recebem mais investimento que bairros periféricos. O debate sobre o direito à cidade destaca essas disparidades e motiva ações para corrigi-las, garantindo que nenhuma comunidade seja negligenciada.

Discutir sobre o direito à cidade é essencial porque visa a criação de cidades que sejam justas, inclusivas e equitativas, onde os/as cidadãs/ãos possam desfrutar de uma qualidade de vida digna. O conceito de "Direito à Cidade" aborda um ideal em que todas/os as/os cidadãs/ãos, por direito, têm acesso igualitário a recursos, serviços e oportunidades que uma cidade oferece, independentemente de sua localização geográfica ou status socioeconômico. Em teoria, isso inclui acesso a educação de qualidade, segurança, lazer, mobilidade urbana eficiente, saneamento básico e muito mais.

A desigualdade espacial é uma realidade persistente em muitas áreas urbanas. O desenvolvimento desigual resulta em bairros mais ricos e privilegiados que têm acesso a serviços e recursos de alta qualidade, enquanto as periferias e áreas de baixa renda enfrentam carências em serviços essenciais. Essa disparidade cria divisões territoriais pronunciadas, onde algumas pessoas desfrutam de uma qualidade de vida consideravelmente melhor do que outras/os. A exclusão social e a marginalização são comuns nas periferias urbanas, onde as comunidades frequentemente enfrentam obstáculos para o acesso a serviços de saúde, educação de qualidade e segurança adequada. A infraestrutura inadequada e as condições precárias de moradia também são questões frequentes nessas áreas. O desafio do "Direito à Cidade" é, portanto, garantir que essas disparidades sejam reduzidas, de modo que todas(/os) as(/os) cidadãs/ãos tenham igualdade de oportunidades e acesso aos benefícios urbanos, (Harvey 2014).

Desse modo, essa perspectiva teórica pode possibilitar reconhecer que as diferentes juventudes possuem características e realidades específicas, refletindo a diversidade e as particularidades intrínsecas a esses grupos. Isto é, torna-se possível, sob uma determinada perspectiva teórica, compreender como os(as) participantes da Ala Ursa como juventude periférica em João Pessoa/PB se manifestam culturalmente e como lidam com as condições estruturais e de vida disponíveis.

3.3 Ala-Ursa como manifestação periférica

As situações vivenciadas pelas pessoas residentes de Comunidades/Favelas ultrapassam o direito de infraestrutura, mas também englobam um determinado tipo de silenciamento de sua cultura, costumes e representações artísticas, na qual muitas vezes não consegue ultrapassar as barreiras inter-bairros. Essa falta de representação é algo que se é visto em todo o Brasil, e não é diferente em João Pessoa/PB, na qual, ambientes públicos, e que servem ou deveriam servir como políticas públicas de inclusão, arte e lazer, não englobam todas as pessoas do município, fazendo um tipo de exclusão e afastamento dessas pessoas (Sales 2022).

O acesso a políticas públicas de cultura e acesso à cidade é limitado a jovens e moradores(as) de um bairro periférico no município sob a perspectiva do direito à cidade. A questão da exclusão ultrapassa a limitação a cultura e lazer, e se demonstra presente na educação, segurança, saúde e trabalho, de como muitos dos espaços públicos se fecham para determinados grupos, partindo da questão de raça, interesse cultural, representação e classe social, na qual, a juventude periférica, preta, parda e de baixa renda, da cidade de João Pessoa/PB.

Diante de tais barreiras estruturais, sejam físicas ou simbólicas, a juventude, por meio do "Urso", na qual é uma manifestação artística originada nos carnavais das periferias, consegue romper as bolhas de delimitação espacial (Sales, 2022). O "Urso" atua como uma forma de resistência cultural, ocupando espaços tradicionalmente restritos e contribuindo para a inclusão de grupos marginalizados nos centros urbanos.

O carnaval, que inicialmente emergiu como uma manifestação popular e periférica, ao tornar-se relevante para o Estado, foi apropriado e institucionalizado. Com o aval estatal, essas manifestações culturais passaram a ocupar os espaços urbanos de maneira oficial, porém, muitas vezes, sob uma nova lógica que favorece interesses comerciais e de mercado (Aranha, 2014). Assim, práticas que surgiram nas margens da sociedade foram adaptadas e, em alguns casos, esvaziadas de seus significados originais, enquanto se tornaram parte da economia e do espetáculo cultural promovido pelo Estado.

Ao abordar as políticas públicas de arte e lazer no contexto do Carnaval, é crucial destacar a importância do Carnaval Tradição, um evento que se tornou um marco na cena cultural de João Pessoa-PB. O Carnaval Tradição não apenas apresenta uma rica diversidade

de expressões artísticas, incluindo escolas de samba, frevo, tribos indígenas e Ala-Ursas, mas também é um espaço que traz à tona diferentes manifestações culturais periféricas.

Esse evento representa uma oportunidade vital para grupos marginalizados, como as Ala-Ursas, se destacarem e ocuparem espaços que frequentemente lhes são negados durante o restante do ano (Aranha, 2014). Ao estarem presentes em um evento de grande visibilidade, essas manifestações culturais ganham não apenas reconhecimento, mas também legitimidade, contribuindo para a ressignificação dos espaços urbanos de João Pessoa.

Além disso, o Carnaval Tradição tende a propiciar um ambiente onde a juventude periférica pode expressar sua identidade e criatividade, quebrando as barreiras sociais e simbólicas que costumam isolá-los. A participação neste evento não se limita a uma mera apresentação, mas envolve um processo de preparação e organização que reflete a luta por direitos e reconhecimento cultural. A dinâmica entre celebração e competição, entre a tradição e a modernização, é um aspecto fundamental a ser considerado na discussão sobre as políticas de arte e lazer em João Pessoa, especialmente no que diz respeito à promoção de uma cultura verdadeiramente inclusiva e representativa.

Considerações finais

Diante do exposto, é possível compreender como o carnaval se consolida como uma das principais tradições do Brasil. Embora suas origens estejam ligadas à influência francesa, a festa transcende essas raízes, ganhando força e se resignificando nas periferias brasileiras. Essa transformação evidencia a capacidade de adaptação e reinvenção das culturas populares, que se apropriam de elementos externos e os reinterpreta, criando novas narrativas e expressões artísticas.

O carnaval, nas periferias, torna-se um espaço de resistência e afirmação cultural, onde as comunidades se reúnem para celebrar suas identidades e histórias. Essas manifestações carnavalescas são mais do que simples festas; são um reflexo das lutas sociais, das vivências cotidianas e da busca por visibilidade e reconhecimento. Ao integrar ritmos, danças e vestimentas que dialogam com a cultura local, o carnaval nas periferias evidencia a riqueza e diversidade da cultura brasileira.

Diante do exposto, os Ala-Ursas emergem como uma manifestação artística que resignifica os espaços urbanos, especialmente aqueles que muitas vezes se fecham para os jovens oriundos das periferias. Nessas áreas, o acesso à arte e ao lazer frequentemente é precário, refletindo as desigualdades sociais que permeiam a vida urbana. No entanto, o movimento do "Urso", como uma expressão cultural vibrante, atua como um dos principais agentes capazes de ultrapassar essas barreiras territoriais.

Os Ala-Ursas não apenas ocupam fisicamente os espaços urbanos durante o carnaval, mas também transformam esses locais em palcos de resistência e afirmação cultural. Ao fazer isso, eles desafiam as normas e limites impostos pelas elites urbanas, promovendo uma reconfiguração da dinâmica social e cultural da cidade. Essa ocupação simbólica e física é um ato de resistência que proporciona aos jovens da periferia uma oportunidade de se expressar, reivindicar seu lugar e celebrar sua identidade em um cenário muitas vezes hostil.

Além disso, as Ala-Ursas criam um espaço onde a criatividade e a arte se entrelaçam com questões sociais e políticas, permitindo que os participantes não apenas desfrutem do carnaval, mas também reflitam sobre suas realidades. Assim, essas manifestações artísticas se tornam uma forma de mobilização e de construção de redes sociais, contribuindo para o fortalecimento da comunidade e a promoção do direito à cidade.

Portanto, o "Urso" não é apenas uma festividade, mas uma estratégia de ocupação e resignificação, que transforma as percepções sobre o que significa ser jovem e periférico na

sociedade contemporânea. Ele permite que os jovens se afirmem e se tornem protagonistas de suas próprias narrativas, quebrando estigmas e criando novas possibilidades de diálogo e interação dentro do espaço urbano.

Além disso, esse fenômeno ressalta a importância da inclusão social e da democratização do acesso à cultura. Através do carnaval, as vozes das periferias são ouvidas, desafiando estigmas e preconceitos, e promovendo um espaço onde todos podem participar e expressar sua criatividade. Assim, o carnaval pode ser também interpretado um meio de resistência e empoderamento, reafirmando a relevância das culturas populares e sua contribuição para a formação da identidade nacional. A festa, então, é uma celebração da diversidade e um convite à reflexão sobre as desigualdades sociais que persistem no Brasil, ao mesmo tempo que serve como um espaço de sociabilidade e construção de comunidade.

Além disso, é essencial refletir sobre como as culturas das periferias podem ser integradas e valorizadas no espaço urbano, promovendo a inclusão dessas expressões artísticas nas políticas culturais da cidade. Essa integração não apenas enriquece o patrimônio cultural local, mas também fortalece a identidade das comunidades periféricas, permitindo que suas histórias e experiências sejam visíveis e respeitadas.

Ao considerar a inclusão dessas expressões nas políticas culturais, na cidade cria-se a oportunidade de criar um ambiente mais equitativo, onde a diversidade cultural é celebrada. Esse entendimento promove uma abordagem mais ampla e justa, que reconhece a riqueza das contribuições culturais provenientes das periferias e sua relevância no tecido urbano.

A valorização das culturas periféricas também pode levar a um aumento do diálogo e da interação entre diferentes grupos sociais, promovendo um senso de pertencimento e coesão. Além disso, ao apoiar as manifestações artísticas que emergem das comunidades marginalizadas, as políticas públicas podem transformar espaços urbanos em locais de encontro, criatividade e resistência, celebrando a pluralidade e a vitalidade da cultura brasileira.

Especialmente para a juventude periférica, essas questões são cruciais, pois estão relacionadas às suas experiências na cidade e expõem os desafios e limitações que enfrentam no acesso a oportunidades culturais e sociais. Esses obstáculos frequentemente resultam em um cerceamento do pleno exercício de seu direito à cidade, que abrange não apenas o acesso físico aos espaços urbanos, mas também a participação ativa na vida cultural, social e política. Dessa forma, a inclusão de suas expressões artísticas e sociais nas agendas culturais

urbanas não só enriquece o tecido social da cidade, mas também assegura que todos os cidadãos possam desfrutar de seu direito à cidade de maneira plena e equitativa.

As desigualdades estruturais e a exclusão social muitas vezes levam a um sentimento de alienação, onde os jovens das periferias se vêem distantes das decisões que influenciam em suas vidas e comunidades. Assim, é fundamental promover políticas públicas que reconheçam e valorizem as vozes e as culturas dessas juventudes, garantindo que elas tenham um espaço significativo na construção da cidade e no reconhecimento de sua identidade cultural.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, Camilo de Figueredo. **Visualidades e peripécias transgressoras do folgado La Ursa em João Pessoa - PB**. Recife: O Autor, 2014.
- BARTH, Fredrik. Por um maior naturalismo na conceptualização das sociedades. In. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra a Capa Livraria, 2000.
- BRANDT, Daniele Batista. Vida longa à cidade! HARVEY, David. Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014, 294p. Revista **Em Pauta** (UERJ), v. 12, p. 217-220, 2014.
- CAVALCANTI; GONÇALVES, R. **Carnaval em múltiplos planos**. Rio de Janeiro: Aeroplano. 2009.
- DAYRELL, J. O Jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, p. 40-52, 2003.
- Eble, T. A. E., & Lamar, A. (2016). A literatura marginal/periférica: cultura híbrida, contra-hegemônica e a identidade cultural periférica. Especiaria: **Cadernos De Ciências Humanas**, 15(27), 193-212. Recuperado de <https://periodicos.uesc.br/index.php/especiaria/article/view/1126>
- FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução Joice Elias Costa – 3ª ed. – Porto Alegre: Artmed, 2009.
- GONDIM. Linda Maria de Pontes. **O direito à cidade em disputa: o caso da Zeis do Lagamar (Fortaleza-CE)**. 2012. **Disponível em:** <https://www.redalyc.org/pdf/4028/402837818010.pdf>.
- Guimarães, Maria Clariça Ribeiro. Os movimentos sociais e a luta pelo direito à cidade no Brasil contemporâneo. *Serviço Social & Sociedade* [online]. 2015, v. 00, n. 124 [Acessado 3 Novembro 2024], pp. 721-745. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.048>>. ISSN 2317-6318. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.048>.
- HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- HUGHES, Pedro Javier Aguerre. "Segregação socioespacial e violência na cidade de São Paulo: referências para a formulação de políticas públicas." **São Paulo em Perspectiva** 18 (2004): 93-102.
- LEFEBVRE, Henri. **A Reprodução das Relações Sociais de Produção**. Porto: Publicações Escorpião, 1973.
- LEFEBVRE, Henri. **A Vida Cotidiana no Mundo Moderno**. São Paulo: Ed. Ática, 1991. Série Temas, V. 24, Sociologia e Política.
- LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- LEFEBVRE, Henri. **A Produção do Espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La Production de L'Espace*. 4. ed. Paris: Ed. Anthropos, 2000). Primeira versão: início – fev. 2006.

Lefebvre H. Prefácio: a produção do espaço. **Estud av** [Internet]. 2013;27(79):123–32. Available from: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142013000300009>

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. 5 ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2008.

MAPA dos bairros e comunidades da cidade de João Pessoa. [S. l.], 29 mar. 2023. Disponível em: <https://www.joaopessoa.pb.gov.br/servico/maparegiones/#:~:text=Bairros%3A%20Mangabeira%20I%2C%20II%2C,do%20Balcão.&text=Bairros%3AValentina%20I%20e%20II%2C%20Paratibe%2C%20Cuiá%2C%20Muçumagro>. Acesso em: 11 jun. 2021.

MARTINS, José de Souza, **Subúrbio: Vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo**. São paulo: HUCITEC; São Caetano do Sul: Prefeitura de São Caetano, 1992.

Menezes Neto, H., Gonçalves, R. de S., & Barbieri, R. J.. (2022). O CARNAVAL E A PESQUISA UNIVERSITÁRIA: ANTROPOLOGIA, ARTES E LETRAS EM DIÁLOGO. **Sociologia & Antropologia**, 12(3), e210070. <https://doi.org/10.1590/2238-38752022v12312>

MOREIRA. Jacqueline Oliveira, ROSÁRIO. Ângela Buciano, SANTOS. Alessandro Pereira. **Juventude e adolescências: Consequência preliminares**. 2011. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/revistapsico/article/view/8943> Data de acesso: 17 de JUL de 2022.

OLIVEIRA. Derek Pardue e Lucas Amaral de. **Direito à cidade: problema teórico e necessidade empírica**. 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/6497/649770013001/649770013001.pdf> Data de acesso: 15 de JUL de 2022.

OLIVEN, Ruben George. “A ANTROPOLOGIA E A DIVERSIDADE CULTURAL NO BRASIL.” **Revista de Antropologia** 33 (1990): 119–39. [Http://www.jstor.org/stable/41616060](http://www.jstor.org/stable/41616060).

PAIVA, Juliana Medeiros. **Direito à cidade no Distrito Federal : inclusão e exclusão de famílias de baixa renda: o caso da Vila Estrutural**. 2007. 95 f. Monografia (Bacharelado em Serviço Social)-Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

RASA. Tabula. **Os discursos sobre jovens e juventude: Uma revisão das formações discursivas nas ciências sociais em chave foucaultiana**. 2019. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1794-24892018000200245&script=sci_abstract&tlng=pt. Data de acesso: 17 de JUL de 2022.

SALES, Hayala César de. **Entrelaçando artes:: Frevo, Ala Ursa e processos de criação em dança na escola**. Orientadora: Carolina Dias Laranjeira. 2020. 136 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Paraíba - UFPB, João Pessoa, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/20371/1/HayalaC%3a%9sarDeSales_Dissert.pdf f. Data de Acesso: 4 jan. 2023.

SANCHES. Jussara Romero. **O direito à cidade**. 2017. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/direitopub/article/viewFile/28602/20918>. Data de acesso: 15 de JUL de 2022.

SANTOS, Antonio Bispo. Somos da terra. **PISEAGRAMA**, Belo Horizonte, n. 12, 2018

SANTOS, Andreia dos. O que é juventude? In: BODART, Cristiano das Neves. Conceitos e categorias fundamentais do Ensino de Sociologia, vol.2. Maceió: Editora **Café com Sociologia**, 2021. pp. 41-46.

TAKEITI, Beatriz Akemi; VICENTIN, Maria Cristina Gonçalves. Juventude (s) periférica (s) e subjetivações:: narrativas de (re) existência juvenil em territórios culturais. **Fractal: Revista de Psicologia**, [s. l.], v. 31, p. 256-262, jan. 2019.

TAKEITI, Beatriz Akemi. Juventude pobre, violência e cidadania. **Saúde e sociedade**, [s. l.], v. 17, p. 63-76, 1 jan. 2014.

TRINDADE. Thiago Aparecido. **Direito à cidadania: reflexões sobre o direito à cidade**. 2012. **Disponível em:** <https://doi.org/10.1590/S0102-64452012000300007>. Data de Acesso: 15 de JUL de 2022.